

A Hidrelétrica de Candonga/MG e a Produção Capitalista do Espaço: Conflitos, Resistências e Re-existências do *Lugar*

Marina Penido (IGC/UFMG)
Geógrafa e integrante do GESTA/UFMG
marinaopenido@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo discute os processos de deslocamento compulsório e reassentamento de atingidos por usinas hidrelétricas, com base no estudo da hidrelétrica de Candonga, na Zona da Mata Mineira. O objetivo do artigo é analisar as contradições erigidas entre o reassentamento de Novo Soberbo, concebido pelo Setor Elétrico através de uma lógica formal, e a realidade dos reassentados, vivida concretamente, dialetizada. A fim de atingir o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os reassentados, com base na metodologia de história oral. Como observado durante a pesquisa, as contradições existentes na relação reassentados/reassentamento expressam a oposição entre dois modos distintos de apropriar e significar o espaço: de um lado a racionalidade técnica e economicista do Consórcio Candonga, manifesta na estruturação citadina do Novo Soberbo; e de outro as práticas e representações dos atingidos, vinculadas a um modo de vida essencialmente rural. O reassentamento, como técnica para solução dos impactos originários do processo de deslocamento compulsório, engendra novas opressões e ameaças à reprodução da vida dos atingidos, deflagrando conflitos socioambientais. Face à desestruturação e o esfacelamento do modo de vida dos reassentados surgem mobilizações, resistências, "resíduos de ruralidade", que colocam em questão a redução do vivido ao concebido redutor e definidor da vida. Nesse contexto de resistência e re-existência há tentativas concretas de (re)construir o reassentamento de Novo Soberbo como *lugar*, que revelam as (im)possibilidades de (re)apropriação deste espaço por meio das práticas sociais e das representações dos reassentados.

Palavras-chave: Candonga, reassentamento, conflito, lugar.

Introdução

A reprodução ampliada do capital está diretamente associada aos processos e circuitos de valorização e acumulação de riqueza socialmente produzida, assim como às relações de dominação, que atuam no âmbito mais geral da sociedade. A produção de energia, nesse contexto, é essencial para manutenção do sistema capitalista, calcado no modelo urbano-industrial. A energia torna-se mercadoria, cujo acesso é determinado e direcionado pelas lógicas do mercado.

A hidroeletricidade, considerada prioritária no Brasil, responde por mais de 90% da matriz energética nacional (BENJAMIN e RIBEIRO, 2004, p. 2). Isto se deve, sobretudo, ao alto potencial hidráulico do país (260.000 MW) e à prevalência de interesses mercadológicos, subsidiados pela ação do Estado. Os maiores consumidores (em termos de quantidade de energia) são as grandes

multinacionais, notadamente, as indústrias eletrointensivas, como o setor de alumínio.ⁱ Segundo dados do Movimento dos Atingidos por Barragens são mais de 650 hidrelétricas construídas no Brasil, e conseqüentemente, mais de um milhão de pessoas expropriadas e expulsas de suas terras (MAB, 2007). Não obstante os graves impactos socioambientais e culturais da hidroeletricidade, seu uso tem sido naturalizado face aos graves efeitos das energias provenientes dos combustíveis fósseis. Neste ínterim, a energia vem sendo tratada como recurso primordialmente de uso coletivo/público do país, representações que ocultam e mantêm as formas de apropriação privada e desigual dos recursos naturais, as contradições e o antagonismo de classes.

A fim de dar continuidade ao processo de acumulação de capital, diferentes instâncias da vida passam a compor o cenário de estratégias do mercado global, seja através da composição de novos espaços e tempos de consumo, ou pelo condicionamento social e subordinação da vida cotidiana à esfera econômica. Para as classes menos favorecidas esse processo de reprodução social, subserviente ao mercado, é mais perverso. E até mesmo em recantos quase esquecidos, ele é capaz de chegar, se instaurar e desorganizar as formas de vida historicamente estabelecidas.

A forma como a produção do espaço se realiza, portanto, "está no cerne da perda do sujeito e do cidadão (...). Ele perde um de seus pertences mais caros: o lugar, o solo, a cidade. Surge o paria, a sujeição, a frustração" (DAMIANI, 2003, p. 53). A ação do poder hegemônico nos remete a um espaço aniquilado e empobrecido para o *pleno uso* e ao mesmo tempo formalizado e mobilizado para a *troca*, como "mercadoria" (DAMIANI, 2001). Por outro lado, o processo de re-produção (capitalista) do espaço não se faz sem tensões e conflitos, o que nos remete, necessariamente, à análise das contradições:

Se não examinássemos a produção do espaço sob o enfoque de suas contradições, não recuperaríamos o sentido deste momento na história humana e, por outro lado, sua singularidade. Do ponto de vista das contradições, a crise e o movimento ganham existência, sob a aparência da consolidação de um determinado modo de interferência humano, poderoso e incontestado (DAMIANI, 2001, p. 50).

O foco desta análise está nas contradições engendradas pelos processos de deslocamento compulsório e reassentamento dos atingidos pela hidrelétrica de Candonga, na Zona da Mata mineira. Quatro anos após a conclusão da usina os conflitos ainda perduram. Muitas das vezes, as mobilizações e resistências (a exemplo das usinas de Tucuruí (PA, 1984), Sobradinho (BA, 1978), Itaipu (PR, 1984) e tantas outras), persistem por longos anos, seja pelo não-reconhecimento e indenização dos expropriados, seja pela inadequabilidade dos reassentamentos que, não raro, transgridem e agridem a continuidade do modo de vida dos atingidos. Nesta perspectiva, é intento deste trabalho explicitar os conflitos entre o reassentamento de Novo

Soberbo, construído através de uma lógica economicista e formal, e a realidade de seus moradores vivida concretamente, dialetizada. Tais conflitos, decerto, mobilizam os reassentados em seus anseios e receios e na busca de melhores condições de vida.

Os conflitos são inerentes aos processos de reprodução social no/do espaço e de apropriação de sua base material/natural e simbólica. Seu cerne encontra-se nas relações de poder, articuladas entre diferentes segmentos sociais e seus respectivos projetos políticosⁱⁱ, que produzem e imprimem significados ao espaço (ACSELRAD, 2004; ZHOURI *et al*, 2005). O caráter conflituoso da situação se refere às contradições entre o uso privado e o uso coletivo do território, acionando, distintas, e, não raro, mutuamente excludentes, pretensões de apropriação espacial.

Nesse sentido, os conflitos ambientais extrapolam as tentativas de resolução técnica e burocrática propostas pelos setores hegemônicos do capital (ZHOURI *et al*, 2005), uma vez que há diferenças constitutivas e reais entre atores e projetos sociais, legitimadas através de divisões (de classes, de poder, de capacidades, de funções...) inerentes ao social. É nessa medida que Acselrad (2004, p. 26) elabora a noção de conflitos ambientais como:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Na construção social democrática, o conflito é comumente visto como um "atentado" à ordem e ao progresso, tomado como uma situação a ser evitada, extirpada da realidade social (PEREIRA e PENIDO, 2008). Contrariando as concepções autoritárias, consensualistas e reacionárias, considera-se o conflito como uma forma de manifestação política, como prática dissensual capaz de subverter ou, ao menos, desvelar contradições e posicionamentos face à divisão social da riqueza.

Os conflitos, tomados em sua dimensão espacial, são entendidos, aqui, como decorrentes da sobreposição da produção espacial hegemônica aos sentidos do *lugar*. A noção de *lugar* é interessante para a análise da relação reassentados/reassentamento, porque possibilita questionar, para além da materialidade espacial, os significados do reassentamento na vida dos reassentados, no que se refere aos sentidos e sentimentos que os sujeitos atribuem ao Novo Soberbo ao vivenciá-lo. Com este recorte de análise busca-se discutir as (im)possibilidades para o reassentamento de Novo Soberbo se realizar como *lugar*, tendo em vista as práticas sociais e as representações dos atingidosⁱⁱⁱ construídas em torno desse espaço.

A mudança do “Soberbo Velho” para o Novo Soberbo

No contexto de privatizações que datam da segunda metade da década de 1990, a hidrelétrica de Candonga faz parte de um grupo de empreendimentos, financiados por empresas privadas, no caso a Novelis e a Companhia Vale do Rio Doce^{iv}, que, a partir da promulgação da nova lei para concessão de serviços públicos editada em 1995, ingressam no mercado de geração de energia elétrica em Minas Gerais (LEMOS, 1999; VIEIRA, 2000).

A construção da hidrelétrica de Candonga, na microrregião de Ponte Nova, entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, se deu no período de junho de 2001 a março de 2004, a jusante da junção do rio do Carmo com o rio Piranga, no rio Doce^v. O reservatório da usina afetou, direta e compulsoriamente, aproximadamente 280 pessoas, das quais 270 residiam em São Sebastião do Soberbo. Além de inúmeras outras famílias, que, apesar de não terem sofrido com o deslocamento compulsório, tiveram comprometida sua capacidade de trabalho, especialmente os meeiros e garimpeiros não só do distrito de São Sebastião do Soberbo, como também do município de Rio Doce e das comunidades de Jerônimo, Santana do Deserto e Marimbondo.

São Sebastião do Soberbo, o povoado mais atingido pela construção da barragem^{vi}, constituía-se como um típico povoado ribeirinho, composto por famílias, em sua maior parte, de baixa renda e baixa escolaridade (PINTO, 2005). A dinâmica econômica de São Sebastião do Soberbo, essencialmente rural, pautava-se na agricultura de base familiar, na pesca ao longo do rio e no garimpo. Na época da seca, exploravam no rio por meio da faiscação, o ouro, uma importante fonte complementar de renda. Nos períodos chuvosos, grande parte das famílias trabalhava como meeira ou explorava sua própria terra.

Com o alagamento, a maioria dos atingidos foi deslocada para o reassentamento de Novo Soberbo. Com um formato mais urbano que propriamente rural,^{vii} o reassentamento não permite o cultivo de terras e apresenta-se muito diferenciado do *lugar* de vivência anterior, o que colabora para a desestruturação dos processos de identificação individual e coletiva dos sujeitos com seu espaço de vivência e com a desestruturação das relações de produção e de reprodução social anteriormente existentes.

Até a concessão da Licença de Instalação, em 2001, a insatisfação dos atingidos permanecia latente. Dentre as estratégias utilizadas pelo empreendedor, para alcançar rapidamente seus objetivos, destacam-se a cooptação de lideranças locais e negociações individuais e falaciosas das terras e benfeitorias da população deslocada, visando seu consentimento e a desmobilização e fragmentação social. Entretanto, o descontentamento das famílias diante da recusa ao reconhecimento de seus direitos, assim como a consciência dos privilégios auferidos pelos líderes cooptados pelos empreendedores, transformou o desagrado, até então, silencioso e individual, em conflito aberto e coletivo (PINTO, 2005). A partir deste momento, os constrangimentos vivenciados durante o processo de licenciamento deixaram de representar apenas infortúnios de indivíduos

isolados e passaram a expressar uma experiência compartilhada, de onde emergiu o potencial para uma ação coletiva voltada para o alargamento dos padrões de reconhecimento dos direitos dos atingidos. O movimento de resistência dos atingidos pela UHE de Candonga iniciou-se em 2003, com sua articulação com o MAB e com o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, da Universidade Federal de Viçosa (NACAB).

A não-participação dos atingidos nos processos decisórios e de planejamento, durante o licenciamento ambiental da usina, se estendeu à execução do projeto do reassentamento. As decisões deliberativas legitimadas por procedimentos formais atuaram em detrimento da participação efetiva das comunidades. Como expõe o relato a seguir a construção do reassentamento se deu de forma autoritária:

A construção do Novo Soberbo foi iniciada de forma fechada, sem qualquer acesso da comunidade para verificação. Quando esse acesso foi permitido, por pressão da comunidade, verificou-se o quê? (...) São casas que não possuem colunas, em que a rua está no nível do telhado. Você sai na porta da sua cozinha e, daí a meio metro, você tem um paredão de barro, que é o seu terreno, que acaba ali. E a rua, na altura do telhado. O consórcio disse que aquilo estava muito bom, que a comunidade tinha aprovado aquilo. O tamanho das casas também foi objeto de vício no processo de escolha, porque foi apresentada uma planta de engenharia para uma comunidade sabidamente despreparada para analisar esse tipo de documento; pessoas com pouca escolaridade, pessoas de idade que não têm idéia do que seja 47 m² ou 120 m². E por aí vai o descabro (Representante dos atingidos, CIF/COPAM 2002, ata da reunião de 14/03/03).

A insatisfação com o reassentamento tornou ainda mais contundente a resistência das famílias ao processo de realocação. Somente no final de abril de 2004, os moradores mudaram para o reassentamento de Novo Soberbo, restando somente 20 famílias em São Sebastião do Soberbo (PINTO, 2005). A fim de suprimir a resistência dessas famílias à mudança, foi obtida ordem judicial para despejá-las, com autorização do governo estadual para o uso de aparato policial^{viii}. Num contexto em que o uso da força torna-se uma face presente e naturalizada nas relações sociais e em que se exclui a possibilidade de um recurso para fora da esfera de mando, o comprometimento do poder estatal e judiciário acaba por alimentar ainda mais as ações violentas, na medida em que socialmente se constrói uma expectativa de que não é possível resolver nenhuma pendência fora das "regras tradicionais" (DOS SANTOS, 1992). Assim, com a legitimação do Estado, no dia 3 de maio de 2004, 190 soldados armados expulsaram os moradores que resistiam à mudança, como noticiado:

Estado e empresas tratam questão social como caso de polícia. Ontem, no dia 3 de maio, aconteceu a maior Operação Militar da história do MAB em Minas Gerais e da história de resistência dos movimentos em toda a Zona da Mata mineira para despejar 20 famílias — em torno de 70 pessoas que estavam resistindo em Soberbo, povoado que será

totalmente inundado pela barragem de Candonga. A operação durou de 7 da manhã até às 9 horas da noite e envolveu 8 comandos de 8 municípios diferentes, somando um contingente de 190 soldados armados, entre civil, militar e um grande batalhão do GATE — Grupo de Ações Táticas Especiais —, da região de Valadares (www.mabnacional.org.br, 2004 *apud* PINTO, 2005, p. 121).

O não-reconhecimento dos atingidos como portadores de direitos, os submeteram a diferentes formas de violência, muitas vezes dissimulada pelas formas de dominação nas quais se pode constatar um certo grau de consentimento, fundado em procedimentos socialmente aceitos. A violência, que tem a coerção como manifestação mais visível, tornou-se evidente através da expulsão das famílias que resistiam ao processo de deslocamento e reassentamento. A partir do momento em que os interesses privados dos empreendedores foram ameaçados, a alternativa foi eliminar o "outro", tentando, assim, destruir, até mesmo fisicamente, as tentativas de oposição.

A produção capitalista do Espaço: Ideologia e técnica

O processo histórico não se faz sem a produção de relações sociais e de concepções e representações a respeito da realidade social como um todo. As representações partem da realidade, ao mesmo tempo em que constituem diretrizes e normas para a ação. O reassentamento de Novo Soberbo, como espaço concebido pelo Consórcio Candonga, exprime a substituição da realidade pela imagem que se faz dela, ou seja, este espaço se constitui como uma representação ideológica deslocada do vivido e das vivências cultural e historicamente construídas pelos atingidos de São Sebastião do Soberbo.

Os programas de reassentamento aparecem nos EIA-RIMAs compondo o rol de medidas mitigadoras, como forma antecipatória de relativizar/dissimular as conseqüências ambientais dos empreendimentos nas áreas onde serão instalados. Segundo Vainer (1993), a avaliação técnica dos EIA-RIMAs ao desconsiderar a vida e o modo de vida das pessoas atingidas, mais que uma representação ideológica da situação concreta, constitui uma forma de garantir a viabilidade do empreendimento:

(...) a recusa da condição de sujeito histórico às populações afetadas, a postulação de que o único sujeito efetivo - capaz de subjetividade, de projeção e de ação - é o empreendedor/empreendimento, mais além de uma representação ideológica da situação concreta, constitui, pois, condições para o sucesso do projeto, quanto à validação das previsões de impacto social (VAINER, 1993, p. 192).

Como todo discurso ideológico é lacunar e ganha coerência através daquilo que nunca pode ser dito, de "termos ausentes que garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado" (CHAUÍ, 1981, p. 4), as contradições não aparecem nesses estudos ambientais, nos

quais se compõe um discurso que está implicitamente a serviço da dominação de uma classe social historicamente determinada. Os EIA-RIMAs, nesse sentido, "são um corpo sistemático de representações e de normas que 'ensinam' a conhecer e a agir" fundamentado, pois, nos princípios do que se define como ideológico (CHAUÍ, 1981).

Através do discurso ideológico, os estudos ambientais tendem a abordar o empreendimento como um fato consumado, imprescindível ao desenvolvimento do país, o que reduz e elimina qualquer tipo de indeterminação. Esta abordagem ideológica fica evidenciada nos projetos de reassentamento, na medida em que eles consistem na proposição de medidas que partem da certeza inexorável de que o empreendimento será implementado. Programa-se, pois, uma ordem instituída e institucional, sem indeterminações e imprecisões, que anula as possibilidades do instituinte através do próprio discurso técnico, "competente", que sustenta ilusões de veracidade e objetividade incontestável ao que é dito (CHAUÍ, 1981).

Como contraponto à alegada neutralidade da técnica, Marcuse (1964) apresenta sua identidade associada à dominação. Ao descortinar na sociedade industrial uma tendência totalitária que se baseia no controle social crescente, intermediado e cada vez mais aperfeiçoado pela técnica, este autor elucida que "hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura" (MARCUSE, 1964, p. 154). A tecnologia, como expressão mais forte dessa sociedade industrial moderna, tende a legitimar o poder político ao mesmo tempo em que se torna elemento de apropriação política. Racionalidades técnicas, segundo este autor, tornam-se racionalidades políticas, sendo que, por vezes, a primeira se sobrepõe à segunda. A técnica, nessa perspectiva, não está a serviço de uma objetividade política, mas constituirá a própria objetividade, a serviço de uns e em detrimento de outros.

Achselrad (2004) associa a técnica ao modo socialmente definido de apropriar e imprimir significados ao espaço. Nestes termos, o reassentamento, como técnica/instrumento para solução do deslocamento compulsório, expressa determinadas concepções e representações, desvelando ideologias e o caráter estratégico e político do espaço como produto social. Produzir e reproduzir o espaço é uma forma de apropriação, que pela ação do mercado e do Estado, como estratégia de poder, tem limitado e debitado a ação social. Trata-se, então, de uma atuação orientada por uma visão (de)formada da realidade, com perspectivas e interesses pré-estabelecidos, evidentemente voltados para a produção mercantilizada de energia.

No reassentamento de Novo Soberbo, a valorização de concepções e representações de espaço vinculadas a um ambiente urbano se manifesta na prevalência de uma certa ordem e de uma certa estética condizente com sistemas simbólicos fundamentalmente citadinos. Tal ordem e estética difere-se, substantivamente, da (des)ordem construtiva do "Soberbo Velho", marcada por uma historicidade socialmente e espontaneamente construída, numa relação íntima com o

espaço, que o definia como *lugar*. Elementos que não se manifestam na racionalidade totalitária que conformou a estruturação do espaço de Novo Soberbo.

No contexto de indenizações voltadas à construção de infra-estruturas urbanas no reassentamento, os atingidos são tratados como "beneficiários" do empreendimento (REBOUÇAS, 2000). Como exemplo do reassentamento de Candonga, o projeto da "nova cidade" apresentado à FEAM seria o de um novo distrito com área comercial e industrial para o desenvolvimento econômico da região de Santa Cruz do Escalvado (projeto, evidentemente, não concretizado). Desse ponto de vista, os que seriam contemplados por tal iniciativa só poderiam ser considerados "favorecidos", apesar de constitutivamente serem os "atingidos" pelo empreendimento.

A imposição de um outro "estilo de vida" pelo Consórcio Candonga, através de um programa de reassentamento, fruto de uma visão técnica e economicista, afigura-se como uma injustiça ambiental (MARTINEZ-ALIER, 1999, ACSELRAD *et al*, 2004), pois não atende ao contexto sócio-cultural no qual se insere, distribuindo desigualmente o ônus da produção energética. Novo Soberbo se consagra ao propósito específico de mitigação de impactos produzidos por elementos e necessidades externos à comunidade, voltando-se única e exclusivamente para a função de *residir*. O comércio se reduz a três bares e uma mercearia, sem qualquer outro tipo de fonte geradora de renda (terras ou outra atividade), como expõem seus residentes:

Aqui fico quieto porque não tenho o que fazer, porque quando aparece um servicinho já tem uma turma lá...Eu já tô velho... Mas e eles [filhos]? Eu com pouquinha terra vou deixar o que pra eles? Eles vão ficar como? Plantar é o que eles aprenderam, porque eles não têm grande estudo. E serviço aqui não tem. Vive de quê? (Entrevista com reassentado de Novo Soberbo, 62 anos, em 25/02/07).

Aqui só tem buteco mais nada, e não sei pra que tanto buteco no centro comercial (...). E essa juventude à toa, os homem tudo à toa, sem dinheiro, a tentação do buteco é grande (...). Aqui é ruim demais não tem um buteco de verdura, um açougue, uma farmácia... (Entrevista com reassentada de Novo Soberbo, 75 anos, em 24/02/07).

A "funcionalidade"^{mix} do reassentamento está, pois, muito aquém das necessidades das pessoas que nele residem. Apesar de seu formato urbano, sua estruturação não permite que o urbano, em sua vivacidade de relações, se realize. As "benesses", os equipamentos urbanos existentes, mesmo numa cidade pequena, inexistem em Novo Soberbo, que é urbano somente na aparência, na ambientação conformadora de comportamentos e modos de uso tipicamente citadinos. Nestes termos, a imposição de um espaço urbano, reduzido à sua forma, expressa, na realidade, a impossibilidade de realização do urbano, entendido aqui, na concepção de Lefebvre, como possibilidade do espontâneo, do uso, da reunião e das trocas para além das trocas monetárias. Construiu-se uma "nova cidade" que concretizou a ausência do direito à cidade (LEFEBVRE,

1991). A estruturação e formato do reassentamento, portanto, não permite a existência nem do urbano, nem do rural, constituindo-se, pois, como um espaço não-funcional, uma vez que este não serve às necessidades e à reprodução do modo de vida de seus moradores.

Evidencia-se, portanto, neste espaço, contradições entre as "ideologias" e o conhecimento da tecnocracia esterilizadora, e aquilo que se configura como útil e importante para os atingidos, reflexo de seus valores, de suas representações e usos efetivados no plano do *lugar*. Nesta perspectiva, todo espaço é produto das relações de produção a cargo de um grupo atuante, o que implica na concessão exclusivista/excludente do direito de decisão, de participação e de reprodução social.

Resistências e Re-existências do *Lugar*

O processo de deslocamento e realocação compulsória decorrente da implantação de hidrelétricas ocasiona a perda dos *lugares* de vivência e a expulsão dos atingidos para um espaço estranho/estranhado. O lugar, como espaço experienciado, associa-se a familiaridade e ao cotidiano, elementos que possibilitam a apropriação do espaço, dotando-o de valor. O processo de apropriação aparece, aqui, como condição necessária para que o espaço se realize como lugar, uma vez que através das práticas sociais o sujeito produz e se identifica com esse espaço socialmente produzido. Quando não há apropriação "individual ou socialmente, o espaço passa a ser vivido como geométrico: pontos e trajetos com significação reduzida" (DAMIANI, 2003, p. 51).

A convivência com o lugar produz a identidade e o reconhecimento inerente ao plano do vivido e do imediato (CARLOS, 1996). O lugar é produto das relações humanas, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e pela cultura, produzindo a identidade. A identidade dos sujeitos guarda uma dimensão espacial propícia a construção da memória coletiva e da coesão social de um grupo. Lugar e identidade são indissociáveis: o sujeito pertence ao lugar como este a ele (CARLOS, 1996; FERREIRA, 2000). A identidade vincula-se ao conhecido, reconhecido, dando estabilidade e segurança as pessoas (CARLOS, 1996), como um lar, uma casa ou *heimat* (SAID, 1990 *apud* HALL, 2006). Os depoimentos a seguir nos remetem a relação "lugar-lar", contrapondo de forma valorativa a vida no "Soberbo Velho" à vida no Novo Soberbo:

Eu gostava muito do Soberbo Velho, tinha um terreninho, engordava uns porquinho, tinha muito peixe (...) Lá era um lugar bom pra mim e pra minha família e pra nós tudo aqui. Era pobre, não vô fala que era um lugar de rico, mas era o suficiente (...) Foi muito triste ter que sair de lá, a gente sai mas não esquece a violência (...) é aquele trem, a gente vai pra outro canto, pro Soberbo Novo e pro Soberbo de diabo a quatro, mas não tem lugar melhor que a casa da gente. Então, pra nós que lidava na terra e no

rio não tinha lugar melhor que o Soberbo Velho não (Entrevista com reassentado de Novo Soberbo, 54 anos, em 25/02/07).

Eu queria ter minha vida lá e não queria morrer aqui. Lá eu tava ambientado, tinha fartura (...). Todo mundo trabalhava, tinha tranqüilidade, não tinha tanta preocupação com o meio de sobrevivência. Uma comunidade que não tem meio de sobrevivência o que esperar da vida? Não tem serviço aqui. Aqui eu fico mais doente que lá (Entrevista com reassentado de Novo Soberbo, 33 anos, em 24/02/07).

A primeira fala, ao associar o "Soberbo Velho" com a "casa da gente", expõe, subjetivamente, um sentimento de familiaridade com aquele espaço, como *lugar* destinado à reprodução de um modo de vida essencialmente ligado à terra e ao rio. Novo Soberbo aparece, então, como o "outro canto", da esfera do "diabo a quatro", um local distante da "casa da gente". Neste contexto, o objeto casa adquire o sentido de lar, como uma relação provida de significados culturais e sociais entre o sujeito e o seu meio. A segunda fala, por sua vez, corrobora esse vínculo entre *lugar* e familiaridade, ao que o reassentado chama de estar "ambientado", além de referir-se a outros elementos como "a vida lá" e a "morte aqui". Tal par de opostos reafirma São Sebastião do Soberbo como o *lugar* onde a vida se realiza, o *lugar* da fartura e Novo Soberbo como o espaço da morte e da doença, da falta e da escassez.

A manifestação da adaptação e da segurança aparece, na fala dos reassentados, vinculada ao "Soberbo Velho", uma vez que este *lugar* se constitui como um *lócus* de reminiscências associadas a uma vida de trabalho, principalmente na/com a terra e o rio. Havia uma relação dos ribeirinhos com o Rio Doce que garantia essa segurança: "... o rio era tão bom que trazia a lenha até nós", "... do rio a gente tira tudo, areia, peixe, cascalho e ouro", e da terra "...nossas plantação de milho, feijão, cana, café, verdura, fruta e capineira pro gado de leite", "... sem água e sem terra nós não somos nada".

Nesse contexto, a terra, o quintal, a horta, o jardim e outras benfeitorias que compunham o espaço da vida cotidiana dos atingidos em São Sebastião do Soberbo representam mais que investimentos financeiros; significam, pois, elementos simbólicos da própria história dos moradores, tendo, portanto, grande *valor de uso* para eles.^x Na realidade social contemporânea, o *valor de troca* tem se imposto sobre o *valor de uso* através do domínio da vida social e política e do triunfo do mundo da mercadoria sobre as relações sociais construídas no plano do vivido orientado pela inscrição dos atos de gerações, pelos laços afetivos, pelas relações de vizinhança e pela construção de uma identidade associada ao sentimento de "pertencer a um lugar".

As reminiscências do passado, que também conferem conteúdo ao presente, são muito recorrentes nos depoimentos dos atingidos. A memória articula espaço e tempo, ela se constrói a partir de uma experiência vivida num determinado lugar e aproxima, faz mover/retroceder o tempo (CARLOS, 1996). Assim, os atingidos se referem ao Novo Soberbo tomando como base comparativa as experiências e vivências no "Soberbo Velho", e vice-versa. Nessa relação em que

se entrecruzam passado, presente e futuro, as representações^{xi} construídas sobre o reassentamento refletem vivências acumuladas ao longo do tempo. O passado nunca se mantém imóvel, inalterado, uma vez que é sempre reconstruído pelas experiências do presente, pela cultura, pelas relações sociais que se estabelecem no transcorrer da vida de cada indivíduo.

O conceito de *memória*, seja ela pessoal ou coletiva, está intimamente ligado ao de *lugar* (FERREIRA, 2000, CARLOS, 1996). O *lugar* bruscamente transformado pela implantação da barragem não poderá mais oferecer referenciais concretos, elementos nos quais a memória possa apoiar-se, o que além de desenraizamento, provoca a perda da identidade individual e coletiva dos sujeitos atingidos (BOSI, 1994; 2003). Como elucida Damiani (2003, p. 53), "as referências espaciais são referências de identidade social, do grau de socialização do indivíduo, da cultura adquirida por gerações, do imaginário social. Sua alienação é crucialmente comprometedor", alterando significativamente as relações entre sujeito e espaço. A perda refere-se, também, aos novos usos impostos pela estruturação do reassentamento, que marcam o aprofundamento desse estranhamento através de um conjunto de coações (espaciais) que impedem e/ou inibem o modo de vida associado ao ambiente rural e ribeirinho.

Em decorrência da desestruturação, do estranhamento e desenraizamento ocasionado durante o processo de reassentamento, a relação entre sujeito e espaço torna-se manifesta de incertezas e indefinições com relação ao presente e ao futuro. O depoimento abaixo é ilustrativo de um caso extremado, em que essa relação se transfigura em ódio, em revolta declarada:

Depois que eles despejou a gente aqui minha vida não é mais a mesma, nem minha saúde. (...) tomo remédio pra depressão, pra dormir. Eu tô toda complicada, antes eu era mulher que buscava a minha lenha. (...) E o que que a gente tem aqui? Tem desespero. A gente tá sofrendo aqui (...) Eu tô pedindo a Deus pra me tirá do mundo, deito e não durmo fico pensando nessa desgraceira toda, dá é vontade de morrer (...). Se eles [o consórcio] vierem aqui vão apanhá de cabo de vassoura, eu odeio eles com todas as minhas forças e odeio tudo que eles construíram para gente, esse reassentamento, essa casa, tudo (...) Eu tenho vergonha na cara. Eu não gosto e não aceito eles dentro da minha casa (...). Eu vou morrer e não vai demorá... (Entrevista com reassentada de Novo Soberbo, 45 anos, em 24/02/07).

Outros depoimentos também apontam para temas como a não-adaptação ao reassentamento, o desejo de mudar, de residir em outro local e a mudança, já efetivada, de algumas famílias:

O problema foi que eu não me dei com a mudança, até hoje eu não me acostumei com isso aqui. (Entrevista com reassentada, 75 anos, em 24/02/07).

Se eles [o consórcio] tivessem me dado um dinheiro que presta eu tinha ido pra um lugar bem diferente daqui. Eu tinha saído daqui mesmo. Muita gente já alugou a casa, uns já até venderam. Tem casa fechada, sem

ninguém morando (...) É, o povo desanima e sai fora. (Depoimento de reassentado de Novo Soberbo, em 15/03/07).

Por outro lado, a resignação e a aceitação aparecem, embora não denotem satisfação com o reassentamento:

Deu uma mudança geral na vizinhança, a renda principalmente caiu muito, mas em qualquer lugar as pessoas vão vivendo... A gente não vai dizer que aqui não tem coisa que melhorou. Mas é aquele negócio, você passava numa casa simples, mas tinha mais coisa pro pessoal fazer e aqui já não tem. (Entrevista com reassentado, 62 anos, 25/02/07).

Eu já me acostumei com aqui. Foi difícil, mas o tempo ajuda. (...) Preferi, preferi mesmo, eu não sei, mas acho que São Sebastião do Soberbo era melhor. Mas pra mim a única coisa que falta agora é a reativação econômica do reassentamento. É dá mais terra pro pessoal, mas não precisa ser aqui, pode sê noutra canto. (Entrevista com reassentado, 27 anos, 27/02/07).

Resta saber qual a positividade dessa resignação, se configura, de fato, uma forma de adaptação, de acomodação/assimilação desse espaço, ou se é apenas uma forma de iludir-se a respeito da realidade para torná-la menos árdua. É provável que a "adaptação" tenha se dado "à força", pela imposição desse espaço e pelo passar do tempo. Afinal, são quatro anos de residência no reassentamento e não se pode negar que novas relações e experiências foram articuladas e incorporadas ao espaço em sua singularidade e especificidade.

Nestes termos, para além da resignação de uns e da não-adaptação e revolta de outros, haveria tentativas de insurreição, de alteração desse espaço, com vistas à superação de sua produção totalitária? Haveria tentativas de apropriação desse espaço para além do concebido, do imposto, por meio das práticas sociais, do pensamento e/ou da imaginação? De fato, a relação dialética entre sujeito e espaço pode manifestar-se nesta perspectiva, uma vez que o espaço condiciona os sujeitos que nele habitam, mas é, também, por eles condicionado, na medida em que as práticas sociais podem apropriar-se do espaço de formas diversas (LEFEBVRE, 2003). As falas abaixo revelam, apesar dos limites impingidos pelas condições físicas do reassentamento, algumas formas de (re)apropriação desse espaço:

Temos fogão de lenha, o Consórcio quem fez depois de muita luta. Tem serpentina também, porque a energia é muito cara e nós já era acostumado com a água morna da serpentina. O problema é a lenha né, que tem de comprá. (Entrevista com reassentada de Novo Soberbo, 60 anos, em 25/02/07).

Eu tenho galinha no quintal de casa, e planto mesmo nesse pedacinho aí que você tá vendo... Isso aqui é quiabo, ali é abobrá, o tomate, alface, couve... É muito pouca terra, mas se é o que tem... A gente dá um jeito de fazer o que dá né. Até na frente de casa eu planto... você viu lá? Plantei tomate e uns pé de jiló junto com as rosa. (...) o fundo de casa é onde eu

mais fico, porque é onde eu distraio mais. (Entrevista com reassentada, 51 anos, em 27/02/07).

O principal meio de locomoção dos reassentados ainda é cavalos. É muito comum encontrar cavaleiros pelas ruas de Novo Soberbo. Presenciei algumas cenas não convencionais em localidades urbanas, como: galinhas transitando dentro de casa e animais como bodes e cavalos amarrados nas grades das residências. O mirante, hoje, tomado pelo mato, segundo relatos, nunca foi apropriado pelos moradores de Novo Soberbo, mas já serviu como curral para abrigar um cavalo de um dos moradores do reassentamento (Anotações de campo da autora, entre 24/02 e 27/02).

Através destes relatos pode-se perceber que algumas práticas de ruralidade permanecem e resistem frente à realocação de um ambiente fundamentalmente rural para um ambiente planejado, estruturalmente urbano. A utilização do fogão de lenha, da serpentina e da pouca (mas toda) terra disponível para plantar, revalida a cultura dos atingidos e resignifica o espaço, criando *lugares* que os remetem ao modo de vida anterior, no "Soberbo Velho". Contudo, tais práticas estão restringidas e constrangidas em função de uma lógica que impõe comportamentos e modos de uso citadinos destituídos de sentidos, tendo em vista a história e a cultura dos atingidos.

A estruturação urbana do reassentamento torna essas práticas residuais, "ilhas de ruralidade" que expressam tentativas concretas de reprodução das relações de subsistência dos atingidos, presos aos trajetos de vida construídos e percorridos (LEFEBVRE, 1975). Estes resíduos podem ser interpretados como formas de resistência ou de *re-existência*; como menciona Damiani: "a vida contraditória invade e perturba a racionalidade redutora imposta. Nesse momento, mesmo que residualmente existe apropriação" (DAMIANI, 2001, p. 54).

Estas formas de (re)apropriação decorrem de contradições entre o espaço concretizado do reassentamento e o sistema simbólico dos reassentados. Os sistemas simbólicos são constantemente criados e recriados nas/pelas práticas sociais, pois a ação humana não necessariamente se conforma às representações. Através da (re)apropriação e resignificação do espaço do Novo Soberbo, os reassentados conseguem, em alguns momentos, superar a conformação espacial erigida das representações dos empreendedores; como expõe ainda outro relato:

...agente vai adaptando o lugar ao que agente precisa, né? Como cê tá vendo aí eu tenho um viveiro de galinha, umas verdura, a laranja ainda não deu porque tá pequena ainda e esse paiolzinho que eu mesmo fiz. Aí eu guardo minhas ferramenta de trabalho e outras traias [tralhas] (Entrevista com reassentado em Novo Soberbo, 54 anos, 27/02/07).

Neste sentido, "há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o 'capital'" (MASSEY, 2000, p. 179). Em Candonga, é inegável que as relações de produção e o movimento

do capital interferiram, de modo decisivo, na vida e no modo de vida dos atingidos. Contudo, isso não lhes retira a condição de tentar vivenciar e experimentar este espaço a partir de outros referenciais. A prevalência de espaços redutores, ressecados, contudo, é que torna esta apropriação residual, expressão de contradições.

Outra forma de (re)apropriação desse espaço, esta não-residual, pode ser vislumbrada por meio dos novos significados atribuídos ao reassentamento, dentre os quais o da "luta", sempre revigorada pelas possibilidades de conquista, pelos sonhos e representações:

O reassentamento pra mim hoje é luta. (...) Lutando a gente conseguiu melhorar um pouco as coisas por aqui e lutando é a chance da gente conseguir fazer tudo mudar pra melhor. (Entrevista com reassentado de Novo Soberbo, militante do MAB, 47 anos, em 28/02/07).

Pra mim não faz sentido ficar aqui [no reassentamento], o único sentido que eu vejo é ficar pra lutar. O povo está unido, tem nós aqui do Novo Soberbo, o pessoal das outra comunidade também, de Jerônimo, de Santana do Deserto, Marimbondo... Todos pra lutar junto com o MAB. Nós não somos pobres coitados, somos fortes porque somos unidos, porque participamos de um movimento do povo (Depoimento de reassentado de Novo Soberbo, em 15/03/07).

Ao resignificar o reassentamento como *lugar de luta*, os atingidos buscam reafirmar os sentidos do *lugar*, buscam na luta elementos capazes de reconstituir Novo Soberbo como um espaço apto a fornecer meios materiais e simbólicos para que eles se estabeleçam, se fixem e vislumbrem um futuro digno. Neste contexto, Novo Soberbo se configura, no termo cunhado por Santos (2000), como um "espaço de resistência". Espaços onde os expropriados "não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com freqüência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo" (SANTOS, 2000, p. 114). Assim, os conflitos ambientais são a principal expressão das contradições e fator de dinamismo, de politização desse processo, capaz de desencadear alternativas contra-hegemônicas. A força política torna-se um importante instrumento de ação, associada às possibilidades concretas fornecidas pela luta social, que se materializa na construção da identidade de atingido, que, de algum modo, também demarca o caráter desse espaço.

Considerações Finais

...o lugar em que nasceu foi convertido em ruínas e a pátria que buscava é feita apenas de clichês. Ele vive neste impasse. Aos olhos, esses simulacros vêm substituir tudo aquilo que acabou, acelerando sua desapareição. Implicam perda. Mas estes cenários, em vez de remeterem a falta, são, antes de tudo, construções de mundo.

As contradições existentes nas relações dos reassentados com o Novo Soberbo evidenciam que o reassentamento não é o fim, a solução dos conflitos gerados pela construção da hidrelétrica de Candonga, mas sim a formulação concreta desses conflitos, reveladora de distintos projetos de apropriação do espaço. O conflito evidencia-se entre a produção socializada do espaço e sua apropriação privada, processo que se repete com a construção de hidrelétricas em todo o país, tornando o espaço e a repetição, condição e meio do processo da reprodução capitalista da sociedade.

A desconstrução do "Soberbo Velho" e a construção do Soberbo Novo pelo Consórcio Candonga apresentam efeitos na reprodução da cotidianidade da cultura e das relações sociais locais. Conforme examinamos, a visão que o Setor Elétrico constrói sobre o espaço esvazia este dos sentidos do *lugar*. Aqui o lugar se reduz a um espaço abstrato, homogeneizado, marcado pelas contradições entre o tempo da vida humana e o tempo da técnica (linear e cada vez mais veloz). A racionalidade técnica e economicista do Consórcio Candonga, respaldada pela ação do Estado, reduziu o modo de vida e os meios de subsistência dos atingidos a meros "imóveis" e "propriedades", passíveis de serem compensados e realocados.

Para os atingidos, por sua vez, não se trata de "imóveis", de "propriedades", mas da terra, da casa, do quintal como *lugar* de reprodução da vida. Neste sentido, São Sebastião do Soberbo - *lugar* da memória, "casa da gente", "da fartura", "da riqueza", "da segurança", "da estabilidade" - se contrapõe ao Novo Soberbo - "espaço da escassez", "da falta", "da instabilidade" e "das incertezas". A construção de São Sebastião do Soberbo e de Novo Soberbo, pelos reassentados, como par de opostos configura-se através do contraste estabelecido entre o "rural" e o "urbano". Este contraste erigiu-se através das representações construídas em torno do modo de vida no "Soberbo Velho" em oposição às condições de vida no reassentamento de Novo Soberbo.

Por outro lado, as tentativas de re-construir o reassentamento como *lugar* têm resultado em formas concretas de (re)apropriação e resignificação desse espaço, expressão de resistências e de "resíduos de ruralidade" que emergem da necessidade de sobrevivência e da atividade imaginativa dos reassentados, precipitada pelo constante devir da realidade. Nos interstícios da vida cotidiana, nem tudo foi completamente modelizado, cooptado, homogeneizado. "O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo nosso mundo" (BERMAN, 1986, p. 330), Portanto, os mantém vivos, ainda, a capacidade de reação diante dos fatos consumados.

O processo de organização dos atingidos introduziu uma clivagem nas relações de dominação vigentes, possibilitando o desvendamento de contradições antes encobertas, permitindo a construção de reivindicações e, por conseguinte, de direitos. Os conflitos, aqui, deixam de ser algo negativo e passam a indicar o momento positivo de formação e desenvolvimento de práticas para

enfrentar as contradições do/no espaço e, no caso, as contradições do processo de reassentamento. Os conflitos abrem para as possibilidades, para a práxis social, para a política enquanto "capacidade para apreender a liberdade como um campo aberto de possíveis" (CHAUÍ, 1997, p. 355).

Referências

- ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p.13-35.
- ACSELRAD, H; PÁDUA, J. A. & HERCULANO, S. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39
- BENJAMIN, C. e RIBEIRO, R. T. Descaminhos do setor elétrico, ou o hospício Brasil. In: *Economia e política econômica*, 5/04/2004. 19p. Disponível em: www.outrobrasil.net. Acessado em: 25/04/08.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 41-55.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484p.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003. 219p
- CARLOS, A. F. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 150p.
- CHAUÍ, M. de S. *Cultura e democracia o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Editora Moderna, 1981. 220p.
- _____. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 345-390.
- COPAM/CÂMARA DE ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA (CIF). Transcrição de reunião na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Belo Horizonte, 14/03/03.
- DAMIANI, A. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, A. F. (Org.). *A geografia na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 50-61.
- _____. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 48-6.
- DOS SANTOS, J. V. T. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. *Reforma Agrária*, n. 22, Jan./abril 1992.
- FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Território*, n.9, p. 65–83, jul/dez. 2000.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: SILVA, T. e LOURO, G. L. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. 102 p.
- HARVEY, D. *Justiça social e a cidade*. Tradução: SILVA, A. C. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, H. *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.
- _____. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. Madrid: Morata, 1983. 244p.
- _____. *O direito à cidade*. Tradução: FRIAS, R. E. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- _____. *Espaço e política*. Tradução: ANDRADE, M. M. e MARTINS, S. Inédito/1ª versão início em fev. 2003. Título original *Espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1972 (no prelo).
- LEMOS, C. F. *Audiências Públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidroelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé*. 1999. Dissertação

- (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- MAB. Hidrelétricas no Rio Madeira: energia para quê e para quem? Rondônia: *Cartilha de estudo do MAB*. Ago de 2007, 24 p.
- MALARD, M. L. *As aparências em arquitetura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 143p.
- MARCUSE, H. *A ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. 238p.
- MARQUES, I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Revista Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n. 19. p. 95-112, 2002.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.
- MARTINEZ-ALIER, J. Justiça Ambiental (local e global) In. CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. Cortez: São Paulo, 1999. p.215-231.
- PEREIRA, D. B. e PENIDO, M. de O. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. In: *I Seminário Nacional Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2-4 de abril de 2008.
- PINTO, V. F. S. *Conflitos socioambientais em licenciamento de hidrelétricas: o caso de Candonga*. Belo Horizonte: Mestrado em Geografia, IGC/UFMG, 2005. 165p.
- POTTINGER, L. *Está na Lata: Indústria de Alumínio Avança seus Planos de Barragem*. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2001.
- RANCIÈRE, J. O dissenso. In: BIGNOTTO, N.; NOVAES, A. (Orgs.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 367-382.
- REBOUÇAS, L. M. *O Planejado e o Vivido: O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000. 194p.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.
- VAINER, C. B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. *Revista Travessia*. Jan/Fev. 1993, p. 183-207.
- VIEIRA, U. GARCÍA. *Limites do poder comunicativo e da argumentação técnica no licenciamento ambiental de hidrelétricas em Minas Gerais*. 2000. Tese (Pós-graduação em extensão rural - título de Magister-Scientiae) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2000. 180p.
- ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. B. (Orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PAIVA, A. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: _____ (Orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 89-116.

ⁱ A produção de alumínio não reflete seus custos reais de produção, uma vez que em seu valor não estão contabilizados as "externalidades" (MATÍNEZ-ALIER, 1999), os "custos e serviços da natureza" (BINSWANGER, 1998). A cada ano a produção de alumínio utiliza pelo menos 250 gigawatts/hora de eletricidade, ou cerca de 2% do consumo global de energia (perto de 6% de toda a energia hidrelétrica produzida no mundo). De acordo com um estudo do Greenpeace de 1992, em 1990 a demanda da indústria mundial de alumínio por energia (para transformar alumina em alumínio) era quase tão grande quanto toda a demanda energética do continente Africano (POTTINGER, 2001). Estabelece-se, pois, uma relação perversa entre a exploração e a exaustão de recursos naturais e a destruição de *lugares* de reprodução social.

ⁱⁱ Dagnino (2004, p. 98) define "projetos políticos" como "... conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientem a ação política dos diferentes sujeitos".

ⁱⁱⁱ Atingido é um termo comumente utilizado para designar a população ribeirinha que é obrigada a se deslocar de forma compulsória. Na concepção de Vainer (1993, p. 194) o termo atingido não se vincula a sua idéia original e constitutiva de passividade, mas está associado à luta, aos movimentos sociais. Este termo, portanto, se torna constituinte de um importante elemento de pertencimento, catalisador de novas identidades e expressões políticas, como o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens (REBOUÇAS, 2000).

^{iv} A Novelis do Brasil, subsidiária da Novelis Inc., entrou em operação em janeiro de 2005, após desmembramento dos negócios laminados da Alcan em todo o mundo. Sediada em Atlanta (EUA), a empresa mantém, em diversos continentes, atividades de mineração de bauxita, refinação, produção, laminação e reciclagem de alumínio e geração de energia hidroelétrica (Fonte: <http://www.novelis.com.br/NovelisInstitucional/AEmpresa/QuemSomos/>). A outra consorciada, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), dedica-se à mineração e tratamento de materiais minerais diversos e possui grandes investimentos em energia elétrica, com

participação em nove usinas hidrelétricas no Brasil, com potência instalada total de 3.364 MW. A energia produzida é destinada ao consumo interno da companhia e à venda de excedentes no mercado (Fonte: www.cvr.com.br). Acessados em: 20/12/07.

^v A Licença Prévia (LP) foi concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), em 29 de agosto de 1999. A Licença de Instalação (LI) foi concedida em 29 de junho de 2001.

^{vi} O distrito de São Sebastião do Soberbo, antigo povoado do Soberbo, pertencia ao município de Santa Cruz do Escalvado. O reassentamento de Novo Soberbo, pertence a este mesmo município, embora esteja mais próximo do município de Rio Doce.

^{vii} Na acepção de que o "espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o 'espaço natural' aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa", (MARQUES, 2002, p. 109) tem-se uma alteração significativa entre o antigo *lugar* de vivência - São Sebastião do Soberbo - e o local de residência - o reassentamento Novo Soberbo.

^{viii} Ao impor um consenso por meio de ações coercitivas e, por fim, transformar a *polícia* em instrumento *político*, é possível perceber a (in)distinção erigida entre ambos os termos (RANCIÈRE, 1996). A manutenção da ordem necessária, a partir do poder da polícia, nesta perspectiva, corresponde à anulação da política. A realização dessa última, para além de concepções redutoras e habituais, se dá através do dissenso, do conflito e da luta de classes.

^{ix} A funcionalidade de um espaço construído para determinados fins "não pode ser medida apenas em termos ergonômicos ou de disposição adequada de equipamentos e mobiliários, porque as atividades são desenvolvidas por pessoas" (MALARD, 2006, p.125).

^x Harvey (1980, p. 137) ao analisar o valor de uso e de troca do solo e das benfeitorias afirma: "Os valores de uso refletem um misto de necessidades e reivindicações sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares (...)".

^{xi} Na acepção de Lefebvre (1983) as representações têm origem no vivido, esse imediato em que estão a singularidade, o diferente, as possibilidades. Toda realidade é mais rica que a representação que se possa ter desta, contudo, a representação não pode ser entendida desvinculada das práticas sociais e do contexto no qual se insere. Neste movimento o autor realiza o deslocamento da representação para o âmbito da ação, tirando-a da esfera exclusiva do pensamento.